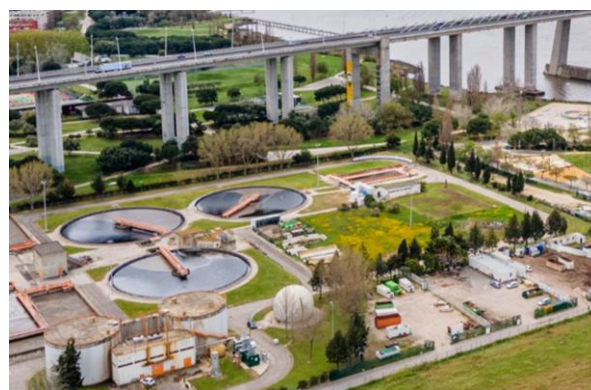
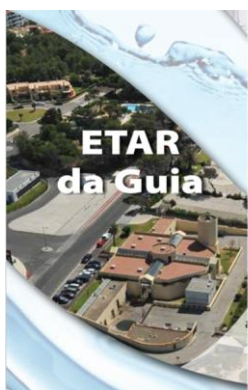


**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE
INTERNACIONAL DESTINADO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDO E PLANO DE AÇÃO PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DA DARU 2024/3019 NAS FA DE ALCÂNTARA, GUIA, FRIELAS,
BEIROLAS E CHELAS**

TA_25_109_PQ_S_001_DGA



CADERNO DE ENCARGOS

julho 2025

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

ÍNDICE

1. OBJETO DO CONCURSO	1
2. ELEMENTOS DO CONTRATO	1
3. DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1
4. DISPOSIÇÕES GERAIS	2
4.1 DEFINIÇÕES.....	2
5. ENTIDADES INTERVENIENTES.....	3
6. SERVIÇOS COMPREENDIDOS NA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	4
7. PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	4
8. OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	7
9. METODOLOGIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	8
9.1 TRABALHOS INCLUÍDOS NA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.....	8
9.2 ESTUDO DE COMPARAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA DOS CENÁRIOS.....	8
9.3 TRABALHOS AUXILIARES.....	8
9.4 REUNIÕES E RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	9
10. RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A ELABORAR AO ABRIGO DO CONTRATO	9
10.1 VALIDAÇÃO DOS ELEMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE.....	9
11. ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO COCONTRATANTE.....	11
11.1 DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11
11.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	11
11.3 MEIOS HUMANOS.....	11
11.4 MEIOS MATERIAIS	12
12. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE	13
13. CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA.....	13
14. DEVER DE SIGILO	14
15. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	14
17. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS.....	16
18. DEVER DE COOPERAÇÃO	16
19. PREÇO CONTRATUAL E PREÇO BASE	16
19.1 PREÇO CONTRATUAL	16
19.2 PREÇO BASE.....	16
20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	16
21. REVISÃO DE PREÇOS.....	17
22. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	18
23. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO	18
24. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO DO COCONTRATANTE.....	18
25. SANÇÕES CONTRATUAIS, INCUMPRIMENTO DO CONTRATO E SUA RESOLUÇÃO	19
25.1 SANÇÕES.....	19
25.2 RESOLUÇÃO DO CONTRATO	20

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beírolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

26. SEGUROS	21
27. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	21
27.1 FORÇA MAIOR.....	21
27.2 DEVERES DE INFORMAÇÃO.....	22
27.3 COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	22
27.4 FORO COMPETENTE.....	23
27.5 CONTAGEM DOS PRAZOS	23
27.6 DIREITO APLICÁVEL E NATUREZA DO CONTRATO	23

ANEXOS

ANEXO I. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA ASSOCIADA AO TRATAMENTO DA FASE LÍQUIDA DA FA DA GUIA.....	24
--	----

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1 O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem como objeto principal a Aquisição de Serviços para **“Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas”**, a seguir designada abreviadamente por **Estudo**, nos termos e conforme os requisitos e especificações técnicas constantes no Anexo ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2. ELEMENTOS DO CONTRATO

- 2.1 O contrato integra os seguintes elementos:

- Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessados(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
- Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- O presente Caderno de Encargos e o seu anexo;
- A proposta adjudicada;
- Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante;
- O clausulado contratual e respetivos anexos.

- 2.2 Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

- 2.3 Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no número 2.1.

3. DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

- 3.1 Na execução do contrato da aquisição de serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos observar-se-ão:

- a) O Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e posteriores alterações, doravante designados conjuntamente CCP;
- b) A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada (e republicada) pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, e alterada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho (Qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis);

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

- c) A Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho (Categoria da Obra, Conteúdo do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas);
- d) O Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
- e) Ao Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro;
- f) Outros diplomas legais, normas, códigos e regulamentos em vigor, quer sejam de carácter técnico, fiscal ou laboral, nacionais ou comunitários, aplicáveis à presente aquisição de serviços;
- g) O estipulado no contrato e em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 DEFINIÇÕES

4.1.1 Para efeitos do presente Caderno de Encargos considera-se as seguintes definições:

- a) “Assistência técnica” significa as prestações acessórias a realizar pelo Cocontratante, adiante também designado por Projetista, perante a Tejo Atlântico, sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações legais ou contratuais que lhe incumbam, que visam, designadamente, a Assistência Técnica consiste, entre outras atividades, na prestação de informações e esclarecimentos a prestar pelo Coordenador de Projeto e pelos Autores do Projeto à Tejo Atlântico, ou quando previsto, ao empreiteiro geral, a qual deve realizar-se, sempre que for solicitado, ou quando tal se revele necessário, e preferencialmente, de forma presencial, podendo ocorrer:
 - i. durante a fase de preparação do procedimento de formação de um contrato público;
 - ii. durante a fase de formação do contrato público, em particular, na resposta a esclarecimentos e a erros e omissões apresentados por interessados ou candidatos, e durante a apreciação das propostas, visando nomeadamente a correta interpretação do projeto e a escolha do Cocontratante; ou
 - iii. durante a execução da obra.
- b) “Autor do Estudo” significa o técnico que elabora e subscreve, com autonomia o Estudo e os relatórios parcelares do Estudo;
- c) “Equipa do Estudo” significa equipa multidisciplinar, tendo por finalidade a elaboração de um Estudo Técnico-Económico contratado pela Tejo Atlântico, constituída por vários autores de projeto e pelo coordenador do Estudo, cumprindo os correspondentes deveres;
- d) “Estudo” significa o resultado dos trabalhos ou parte deles realizados pelo Cocontratante, objeto

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beírolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

da presente Aquisição de Serviços;

- e) “Técnico” significa a pessoa singular cujas habilitações asseguram o desempenho das funções de elaboração, subscrição e coordenação das partes do presente Estudo.

5. ENTIDADES INTERVENIENTES

5.1 Além da Tejo Atlântico e do Cocontratante, são entidades intervenientes na execução do Contrato de Aquisição de Serviços, as seguintes:

- o(s) Autores do Estudo, se distintos do Cocontratante;
- outros intervenientes que a Tejo Atlântico entenda fazer participar.

5.2 Outras entidades com jurisdição nos diversos aspetos relacionados com o Estudo, nomeadamente (quando aplicável):

- Agência Portuguesa do Ambiente - APA;
- Autoridade para as Condições do Trabalho - ACT;
- Autoridade Florestal Nacional - AFN;
- Câmara(s) Municipal(is) da área de Concessão das Infraestruturas abrangidas pelo Estudo;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR;
- Comissão Regional da Reserva Agrícola - CRRA;
- Direção-Geral do Património Cultural;
- Entidades gestoras de saneamento básico da zona abrangida pelas infraestruturas objeto do Estudo;
- Entidades do MdN (Ministério da Defesa Nacional);
- Entidades do MAI (Ministério da Administração Interna);
- Infraestruturas de Portugal - IP;
- GDP – Gás de Portugal;
- Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - SGMTSS;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF;
- Portugal Telecom - PT;
- REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.;
- SCUTVIAS – Autoestradas da Beira Interior, S.A.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolos e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

6. SERVIÇOS COMPREENDIDOS NA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

- 6.1 A presente aquisição de serviços compreende a “Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas”, com o âmbito descrito no presente Caderno de Encargos.
- 6.2 Os manuais de funcionamento, memórias descritivas e telas finais das FA objeto de Estudo constam do **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.
- 6.3 Os trabalhos objeto da presente Aquisição de Serviços compreendem o desenvolvimento das fases subsequentes do Estudo, com o seguinte enquadramento:

FASE I - Enquadramento e Caracterização das FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas

- Caracterização do Processo de Tratamento das FA objeto de Estudo e verificação das condições atuais de funcionamento, incluindo:
 - Dados de base e dimensionamento da instalação, incluindo a definição das condições de afluência à ETAR: características quantitativas (caudais médios diários e de ponta, no Ano de Arranque e no Ano de Horizonte de Projeto, em condições de Época Alta e de Época Baixa, ou de Tempo Seco e de Tempo Húmido, quando aplicável), características qualitativas da água residual afluyente proveniente das várias origens (urbana e industrial, valores médios e máximos, quando justificável);
 - Processo e Esquema de Funcionamento;
 - Eficiência de tratamento e Cumprimento operacional e legal da TURH;
 - Custos de operação e manutenção (O&M) - FSE (inclui energia, reagentes, transporte e valorização de lamas) e alocação de RH;
 - Avaliação do estado de condição e funcional dos órgãos e equipamento integrados no tratamento da fase líquida e sólida, incluindo as componentes de CC, EE, IE/Inst/Aut e Segurança, verificando-se a degradação/ condição dos órgãos e equipamento a manter, remodelar e/ou substituir;

FASE 2 - Estudo Prévio de soluções para adaptação das FA à DARU 2024/3019 (tratamento secundário na FA da Guia, terciário e quaternário) e Análise comparativa técnico-económica das soluções alternativas

- Estudo Prévio de soluções alternativas para o cumprimento das exigências de tratamento secundário (Guia) e terciário equacionáveis para cada FA (VLE de Azoto total: 8 mg/l e de Fósforo total: 0,5 mg/l) e os requisitos aplicáveis ao tratamento quaternário para remoção de micropoluentes (remoção mínima 80% para uma lista de produtos farmacêuticos e cosméticos), de acordo com o enquadramento da DARU 2024/3019:

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA

- no que concerne à FA de Alcântara e Guia (ETFL), o estudo prévio terá como assunção a limitação de espaço disponível para a ampliação destas infraestruturas, devendo-se prever e analisar cenários de eventual construção de órgãos e etapas de tratamento fora dos atuais limites da FA de Alcântara e Guia (ETFL). Um dos cenários objeto de análise para a FA da Guia é a exequibilidade técnico-económica da implementação do *upgrade* da FA (tratamento secundário, terciário e quaternário) na ETFS (estação de tratamento de fase sólida) ou em terreno limítrofe à estação de tratamento da fase líquida (ETFL). Neste contexto, deverão ser também estudadas, para a FA de Alcântara, a eventual expansão da instalação para 2 (*duas*) localizações, a indicar pela Tejo Atlântico;
- a descrição geral das soluções propostas, dando-se ênfase aos principais fatores que estiveram na base da adoção da conceção das mesmas, designadamente a descrição detalhada das alterações preconizadas na fase líquida e da fase sólida do esquema de tratamento, e apresentação de uma lista detalhada dos órgãos principais por operação unitária objeto de modificação ou inclusão, designadamente para o tratamento terciário e quaternário, nas especialidades de construção civil, equipamentos, eletricidade, instrumentação e automação;
- Estimativa dos custos Totex (CAPEX e Opex no período de concessão) associados a cada uma das soluções alternativas elegíveis no Estudo Prévio.

FASE 3 – Elaboração de LCA (incluindo cálculo da Pegada Carbónica) e Análise Multicritério (SWOT) para a tomada de decisão estratégica dos cenários objeto de estudo

- Elaboração de uma análise de ciclo de vida (LCA na terminologia inglesa), que inclui o cálculo da pegada carbónica das soluções alternativas elegíveis no Estudo Prévio da Fase precedente, utilizando um software LCA e base de dados adequados para o objeto de estudo, designadamente no que diz respeito a reagentes, energia, gestão de lamas e análise do impacto da qualidade do efluente tratado;
- Elaboração de matriz SWOT para tomada de decisão estratégica da solução a adotar para a adaptação de cada uma das FA objeto de Estudo à DARU 2024/3019, na qual deverá constar a caracterização da vertente custo/risco/desempenho de cada um dos cenários avaliados.

FASE 4 - Proposta de solução (ao nível de Estudo Prévio) a adotar para a adaptação/remodelação das FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas e Definição do Plano de Ação para implementação da DARU 2024/3019

- Caracterização técnica ao nível de Estudo Prévio das etapas, órgãos e equipamentos propostos na solução final a adotar para a remodelação e ampliação de cada uma das FA, incluindo pré-dimensionamento na fase líquida e sólida, indicação das dimensões geométricas de órgãos, especificações técnicas de materiais e equipamentos, caudais, eficiências e cargas afluentes e efluentes a cada etapa de tratamento que integra a solução;
- Apresentação das peças escritas e desenhadas com grau de desenvolvimento correspondente

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA

a Estudo Prévio, conforme indicado na cláusula 10.1.1.1 do presente Caderno de Encargos.

- Avaliação do impacto na tarifa, com base no apuramento do custo Totex (Opex e Opex no período de concessão) da implementação da DARU 2024/3019 nas FA;
- Definição do Plano de Ação que inclui o planeamento dos investimentos e da implementação das medidas em cada uma das FA, de acordo com os prazos vinculativos constantes da DARU 2024/3019, e no qual deverão ser identificadas as condicionantes, riscos, bem como estabelecidas as metas e indicadores de acompanhamento;
- Elaboração de Documento Síntese do Plano de Ação para implementação da DARU 2024/3019 nas FA objeto de Estudo;

7. PRAZO CONTRATUAL

7.1 O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua celebração, devendo ser integralmente executado (sem prejuízo do disposto na Cláusula 23.1 do presente Caderno de Encargos), em estrito cumprimento de todas as obrigações do presente Caderno de Encargos, no prazo de 450 (*quatrocentos e cinquenta*) dias, a contar da data de celebração do Contrato, ou até à data em que o valor dos serviços prestados atingir o montante adjudicado, consoante o evento que ocorrer primeiro.

7.2 Para além do prazo global para a execução do Estudo, fixado na cláusula anterior, consideram-se como vinculativos os seguintes prazos parciais adstritos para o Estudo de cada uma das seguintes fases da prestação de serviços:

- **FASE 1** – Entrega do relatório do Enquadramento e Caracterização das FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas – 60 (*sessenta*) dias, a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- **FASE 2** – Entrega do relatório do Estudo Prévio de soluções para adaptação das FA à DARU 2024/3019 (tratamento secundário na FA da Guia, terciário e quaternário) e Análise comparativa técnico-económica das soluções alternativas – 180 (*cento e oitenta*) dias;
- **FASE 3** – Entrega do relatório de LCA (incluindo cálculo da Pegada Carbónica) e Análise Multicritério (SWOT) para a tomada de decisão estratégica dos cenários objeto de Estudo – 90 (*noventa*) dias;
- **FASE 4** – Entrega do relatório com a proposta de solução a adotar para a adaptação das FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas e definição do Plano de Ação para implementação da DARU 2024/3019 – 90 (*noventa*) dias.

7.3 O prazo não sofrerá paragens aquando da entrega dos relatórios de cada uma das fases do Estudo, pelo que o mesmo deverá prosseguir independentemente da aprovação por parte da Tejo Atlântico, desde que não seja ultrapassado o prazo definido no número 10.1.1 da Cláusula 10.^a do presente Caderno de Encargos para a aprovação pela Tejo Atlântico das referidas partes do Estudo.

7.4 A contagem de tempo não sofrerá interrupção durante as diligências que a Tejo Atlântico realize para

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

tentar ter acesso a estudos ou projetos que tenham sido solicitados pelo Cocontratante.

- 7.5** Sempre que seja indispensável introduzir alterações, durante a realização do Estudo, por razões não imputáveis ao Cocontratante, as datas previstas para a ultimização das partes subsequentes àquela em que a alteração foi introduzida serão prorrogadas, se necessário, período equivalente ao concedido ao Cocontratante para executar as alterações determinadas, desde que verificados os pressupostos previstos nos artigos 312 e seguintes do CCP.

8. OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

- 8.1** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos e no respetivo anexo, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante, as seguintes obrigações principais:
- a) Executar as fases do Estudo que lhe for adjudicado, tal como descrito nas cláusulas deste Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Cumprir as condições fixadas para a execução do Estudo;
 - c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico;
 - d) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
 - e) Proceder à entrega dos documentos correspondentes ao Estudo (Relatórios Parcelares de cada uma das fases indicadas no número 6.3 da Clausula 6.^a e de acordo com os prazos contratualizados no número 7.1 da Clausula 0.^a);
 - f) Prestar as informações que forem solicitadas pela Tejo Atlântico;
 - g) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados, competindo-lhe ainda elaborar, sem direito a indemnização, todos os estudos subsidiários necessários a um perfeito esclarecimento do Estudo;
 - h) Proceder às alterações que venham a ser necessárias introduzir, nos termos no presente Caderno de Encargos;
 - i) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os prestadores de serviços e os representantes da Tejo Atlântico;
 - j) Assegurar que os trabalhadores afetos à execução contratual prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos;
 - k) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

ter lugar (intangíveis);

- l) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no site da empresa https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf
- m) A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

9. METODOLOGIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 TRABALHOS INCLUÍDOS NA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

- 9.1.1 Os trabalhos a realizar pelo Cocontratante na presente aquisição de serviços encontram-se discriminados o número 6.3 da Clausula 6.^a e devem, ainda, observar o disposto nas cláusulas seguintes.

9.2 ESTUDO DE COMPARAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA DAS SOLUÇÕES EQUACIONÁVEIS

- 9.2.1 O Estudo Prévio da Fase 2 deverá respeitar, em termos de conteúdo mínimo, o especificado na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, e será constituído por peças escritas e desenhadas e por outros elementos informativos, compreendendo, pelo menos, os elementos constantes do presente Caderno de Encargos.
- 9.2.2 Na elaboração do Estudo devem ser observados os regulamentos e normas nacionais e comunitárias em vigor, bem como todos os aspetos integrantes de um Estudo tal como definido na legislação em vigor.
- 9.2.3 O Cocontratante deverá optar, fundamentadamente, por soluções de engenharia que minimizem o consumo de energia potenciando a eficiência energética e minimizando a produção de gases de efeito estufa. Assim, devem ser selecionados equipamentos, sistemas e processos que procurem alcançar o melhor desempenho energético em benefício da eficiência global do sistema.

9.3 TRABALHOS AUXILIARES

- 9.3.1 Os trabalhos auxiliares de topografia não estão incluídos no âmbito da presente Aquisição de Serviços e, portanto, no preço global contratado. Estes serviços serão da responsabilidade da Tejo Atlântico.
- 9.3.2 O levantamento, identificação, localização dos serviços e infraestruturas enterradas afetados pela obra (incluindo a sua localização em planta), e contactos com as entidades competentes, não está incluído no âmbito da Aquisição de Serviços e, portanto, no preço global contratado.
- 9.3.3 Os trabalhos auxiliares de estudos geológico-geotécnicos (onde se incluem a execução de sondagens, testes, caracterização dos terrenos e ensaios) não estão incluídos no âmbito da presente Aquisição de Serviços e, portanto, no preço global contratado.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA

9.4 REUNIÕES E RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 9.4.1** Para o acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, com uma periodicidade quinzenal e/ou quando a Tejo Atlântico entenda necessário para o suficiente esclarecimento sobre o desenvolvimento dos trabalhos, reuniões de coordenação do Estudo, das quais serão lavradas as atas pelo representante do Cocontratante responsável pela coordenação do projeto, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
- 9.4.2** As reuniões de coordenação deverão possibilitar, à Tejo Atlântico, um conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes previamente à entrega dos Relatório das fases que integram o Estudo.
- 9.4.3** As reuniões previstas na cláusula anterior devem ser alvo de uma convocação escrita do Cocontratante ou da Tejo Atlântico, devendo o primeiro elaborar a agenda prévia e ata de cada reunião.
- 9.4.4** Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.
- 9.4.5** A realização de reuniões com a Tejo Atlântico não substitui a entrega de documentos do Estudo previsto no número 7.2 da Clausula 0.^a.

10. RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A ELABORAR AO ABRIGO DO CONTRATO

10.1 VALIDAÇÃO DOS ELEMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE

- 10.1.1** No prazo de 15 (*quinze*) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, indicados no número 7.2 da Clausula 0.^a, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 10.1.2** No âmbito da análise a que se refere a cláusula anterior, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 10.1.3** No caso de a análise da Tejo Atlântico, a que se refere o número anterior, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
- 10.1.4** No caso previsto na cláusula anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- 10.1.5** Após a realização pelo Cocontratante das alterações e complementos necessários, no prazo respetivo, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do número 10.1.1.
- 10.1.6** Caso a análise da Tejo Atlântico a que se refere o número 10.1.1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias a contar do termo dessa análise, uma declaração de aceitação por parte da Tejo Atlântico.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

- 10.1.7** A emissão da declaração a que se refere a cláusula anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, que não tenham sido detetadas na análise da Tejo Atlântico, nem isenta o Cocontratante das suas responsabilidades.
- 10.1.8** No final do Estudo deverá o Cocontratante entregar à Tejo Atlântico os seguintes exemplares dos elementos, devidamente corrigidos nos termos do número 10.1.4, relativos a cada uma das fases incluídas na presente Aquisição de Serviços, conforme explicitados no número 7.2 da Clausula 0.^a:
- 2 (*dois*) exemplares em papel das peças escritas (em formato A4 e A3, se necessário);
 - 2 (*duas*) coleções em papel das peças desenhadas (em formato normalizado entre A4 e A1);
 - 1 (*uma*) coleção em suporte informático (CD-ROM ou *pen drive*) das peças escritas e desenhadas, em formato editável, elaborados no âmbito do Estudo.
- 10.1.9** Todos os documentos do Estudo, indicados no número 7.2 da Clausula 0.^a, ou seja, todas as peças escritas e todas as peças desenhadas, serão apresentados em português, bem como toda a correspondência realizada.
- 10.1.10** Após a conclusão do Estudo, todos os elementos adicionais obtidos pelo Cocontratante, com relevância para a realização do mesmo, deverão ser devidamente compilados, acondicionados e entregues à Tejo Atlântico, juntamente com os documentos mencionados no número 7.2 da Clausula 0.^a.
- 10.1.11** As peças escritas e desenhadas que integram os documentos do Estudo Prévio a entregar no final da **FASE 4** do Estudo são, no mínimo, as seguintes:
- O Estudo Prévio a apresentar pelo Concorrente deverá ser composto por uma Memória Descritiva e Justificativa e por Peças Desenhadas;
 - A Memória Descritiva e Justificativa deverá ser constituída, no mínimo, pelos seguintes capítulos:
 - a) Obras de Remodelação da Construção Civil – descrição das etapas de tratamento a remodelar, a manter ou a construir, soluções construtivas a adotar, incluindo tipologias de materiais a aplicar, proteções e acabamentos, etc.; critérios e parâmetros de dimensionamento das soluções, quando aplicável; faseamento dos trabalhos e sua interferência com o funcionamento das FA; condicionamentos à execução das soluções propostas;
 - b) Obras de Remodelação, Fornecimento e Montagem de Equipamentos e Instrumentação – descrição das etapas de tratamento a remodelar, a manter ou a construir; caracterização técnica das soluções propostas e seu dimensionamento hidráulico e sanitário; critérios e parâmetros de dimensionamento das soluções; faseamento dos trabalhos e sua interferência com o funcionamento das FA; condicionamentos à execução das soluções propostas;
 - c) Obras de Remodelação, Fornecimento e Montagem das Instalações Elétricas, Automação e Sistema de Supervisão - caracterização técnica das soluções propostas, englobando a identificação objetiva dos equipamentos/ instalações existentes a

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA

manter/ remodelar, existentes a desativar e novos a instalar; descrição das configurações dos autómatos e arquitetura da rede de fibra ótica; proposta de estratégia para controlo das etapas de tratamento objeto de intervenção no âmbito da presente empreitada; faseamento dos trabalhos e sua interferência com o funcionamento das FA; condicionamentos à execução das soluções propostas.

- As Peças Desenhadas, deverão ser apresentadas, no mínimo, as seguintes:
 - a) Diagramas de funcionamento PID integrando a solução final proposta para as FA objeto de Estudo;
 - b) Implantação geral e implantação dos circuitos hidráulicos exteriores, à escala mínima de 1:500 integrando a da solução final proposta para as FA;
 - c) Planos-guia (plantas e cortes) de construção civil e de implantação de tubagens e equipamentos, integrando da solução final proposta para as FA;
 - d) Esquemas unifilares dos Quadros Elétricos a manter, a remodelar e a instalar;
 - e) Traçados de cabos de alimentação dos novos Quadros Elétricos a instalar no âmbito da solução final proposta para as FA e, ainda, dos a manter e a remodelar.

II. ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO COCONTRATANTE

II.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

II.1.1 Compete ao Cocontratante dispor de todos os meios humanos e materiais necessários à execução das ações a desenvolver na execução do Estudo, em conformidade com o previsto neste Caderno de Encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

II.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

II.2.1 Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são cometidas.

II.2.2 O Cocontratante deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo de qualidade e das quantidades associadas à execução do Estudo, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.

II.3 MEIOS HUMANOS

II.3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

II.3.1.1 A mobilização de todos os meios humanos necessários à realização do Estudo são da inteira responsabilidade do Cocontratante, que se obriga a garantir que os seus agentes colocam todo o seu conhecimento, zelo, competência e dedicação na realização das tarefas que lhe forem cometidas, de modo que sejam executadas de acordo com as melhores práticas profissionais.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA

11.3.1.2 A Tejo Atlântico reserva-se no direito de ordenar a substituição de qualquer meio humano quando entender que não existem garantias de boa execução dos trabalhos que lhe foram atribuídos ou ainda no caso de ter comportamento que comprometa o andamento ou a boa execução dos trabalhos no âmbito desta Aquisição de Serviços.

11.3.2 EQUIPA DO ESTUDO

11.3.2.1 O Cocontratante obriga-se, sob reserva de aceitação pela Tejo Atlântico, a confiar a Coordenação do Estudo a um técnico qualificado para a elaboração das fases que constituem os serviços objeto de contrato, que deverá ter as habilitações de Engenheiro do Ambiente, Químico, Hidráulico, Mecânico/ Eletromecânico ou Civil com experiência comprovada na área da elaboração de Estudos desta natureza.

11.3.2.2 A equipa do Estudo deverá ser composta por engenheiros ou engenheiros técnicos que possuam as habilitações de Engenheiro do Ambiente, Químico, Hidráulico, Mecânico/ Eletromecânico ou Civil com experiência comprovada na área da elaboração de Estudos desta natureza.

11.3.2.3 Para além do estabelecido nas cláusulas 11.3.2.1 e 11.3.2.1, a equipa do Estudo deverá integrar, no mínimo, os elementos necessários para as seguintes especialidades:

- Engenheiro do Ambiente/ Químico – 1 (um) técnico;
- Engenheiro Mecânico/ Eletromecânico – 1 (um) técnico;
- Engenheiro de Instalações Elétricas, Automação e Instrumentação - 1 (um) técnico;
- Engenheiro Civil/ Estruturas – 1 (um) técnico;
- Engenheiro Hidráulica - 1 (um) técnico;
- Desenhador Orçamentista – 1 (um) técnico.

11.3.2.4 A equipa afeta à prestação de serviços de elaboração do Estudo deverá integrar todas as especialidades mencionadas na cláusula anterior, mesmo que para isso seja necessário afetar um número de técnicos superior ao indicado nessa cláusula, em resultado da impossibilidade de um mesmo técnico preencher várias das especialidades indicadas, em simultâneo.

11.3.2.5 Qualquer alteração da composição da equipa afeta à prestação de serviços de elaboração do Estudo requerida na cláusula 11.3.2.3 depende da aprovação da Tejo Atlântico.

11.3.2.6 Qualquer alteração à constituição ou membros da equipa técnica, designados na proposta do Cocontratante, depende da aprovação da Tejo Atlântico, devendo os elementos propostos cumprir os mesmos requisitos em termos de habilitações dos membros designados na sua proposta e avaliados no critério de adjudicação do Programa do Concurso

11.3.2.7 Em sede de execução do Estudo, o Cocontratante deverá garantir que a afetação dos técnicos ao desenvolvimento do mesmo, tendo presente as ocupações previstas na fase de apresentação de propostas, se encontra em conformidade com a legislação em vigor.

11.4 MEIOS MATERIAIS

11.4.1 RESPONSABILIDADE

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

11.4.1.1 Todos os meios materiais necessários à realização do Estudo tais como meios de transporte, informáticos, topográficos, fotográficos, vídeo e outros são da responsabilidade do Cocontratante.

11.4.1.2 A indicação pelo Cocontratante dos meios materiais na proposta por si apresentada na fase de concurso não o inibe da responsabilidade de garantir outros meios materiais adicionais, tendo em vista a garantia de qualidade do Estudo. Os custos decorrentes dos eventuais meios materiais adicionais que se venham a revelar necessários serão da sua inteira responsabilidade sempre que os meios colocados em serviço se revelem insuficientes.

11.4.2 INSTALAÇÕES

11.4.2.1 Será por conta do Cocontratante as despesas das instalações perto das zonas das zonas envolvidas no âmbito do presente Estudo, necessárias ao funcionamento dos seus serviços e as despesas relativas aos materiais e equipamentos de consumo corrente destinados ao pessoal da sua equipa, no período compreendido entre a assinatura do contrato e a entrega final do Estudo.

11.4.3 MEIOS DE TRANSPORTE

11.4.3.1 O Cocontratante deverá colocar ao serviço do pessoal da sua equipa do Estudo os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva exploração e manutenção.

11.4.4 OUTROS EQUIPAMENTOS

11.4.4.1 Todo o equipamento que o Cocontratante prevê utilizar, em especial equipamentos de inspeção, ensaios e de topografia deverá ter características adequadas para a realização do Estudo.

11.4.5 ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E DESLOCAÇÃO

11.4.5.1 As despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do Cocontratante e seus consultores serão por sua conta.

12. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

12.1 Com a declaração de aceitação a que se refere a cláusula 10.1.6, ocorre a transferência de posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo os direitos de propriedade industrial das criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

12.2 Pela cessão dos direitos a que alude a cláusula anterior não é devida qualquer contrapartida, estando compreendida no preço contratual.

13. CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

13.1 O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Tejo Atlântico em execução do Contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA

14. DEVER DE SIGILO

- 14.1** O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
- 14.2** O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
- 14.3** O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
- 14.4** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

15. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 15.1** No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
- 15.2** O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
- 15.3** O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
- 15.4** O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
- 15.5** O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação desta.
- 15.6** As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
- 15.7** O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
- 15.8** Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias,

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA

informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.

- 15.9** O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
- 15.10** O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/ de supervisão de que seja objeto.
- 15.11** Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
- 15.12** Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
- 15.13** O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
- 15.14** O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

16. CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 16.1** O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
- 16.2** Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

17. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do Tejo Atlântico, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

18. DEVER DE COOPERAÇÃO

18.1 O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

19. PREÇO CONTRATUAL E PREÇO BASE

19.1 PREÇO CONTRATUAL

19.1.1 Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

19.1.2 O preço referido na cláusula anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

19.2 PREÇO BASE

19.2.1 O preço base do presente procedimento, em conformidade com o artigo 47.º do CCP, é de **600.000,00€** (*seiscentos mil euros*), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 O preço contratual da aquisição dos serviços é devido, pelas diversas fases da execução do contrato, nos seguintes termos:

- Com a entrega e aprovação pela Tejo Atlântico do **RELATÓRIO DA FASE I** – 15% (*quinze por cento*) do preço contratual;

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beírolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA

- Com a entrega e aprovação pela Tejo Atlântico do **RELATÓRIO DA FASE 2** – 35% (*trinta e cinco por cento*) do preço contratual;
- Com a entrega e aprovação pela Tejo Atlântico do **RELATÓRIO DA FASE 3** – 20% (*vinte por cento*) do preço contratual;
- Com a entrega e aprovação pela Tejo Atlântico do **RELATÓRIO DA FASE 4** – 30% (*trinta por cento*) do preço contratual.

- 20.2** A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela Tejo Atlântico das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.
- 20.3** Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega e aprovação dos elementos correspondentes a cada fase a desenvolver pelo Cocontratante ao abrigo do contrato.
- 20.4** Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 20.5** A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
- 20.6** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 20.1 as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
- 20.7** No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.
- 20.8** As faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato EDI e em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, bem como identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
- 20.9** A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
- 20.10** Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
- 20.11** Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
- 20.12** A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.

21. REVISÃO DE PREÇOS

21.1.1 O contrato não está sujeito a revisão de preços.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

22. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

22.1 A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do Contrato designada pela Tejo Atlântico:

- Gestora do contrato: Paulo Inocêncio
- Morada: Fábrica de Água de Alcântara, Avenida de Ceuta | 1300-254 Lisboa
- Telefone nº 213 107 900
- Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt

22.2 No exercício das suas funções, o Gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.

22.3 Caso a Gestora do Contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

22.4 O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

23. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

23.1 O Cocontratante realizará as alterações ao Estudo que lhe forem determinadas pela Tejo Atlântico, no decurso da execução dos trabalhos e até 2 (*dois*) anos após a aprovação do Estudo.

23.2 São consideradas prestações complementares todas as alterações referidas na cláusula anterior cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato, confirmando-se o preenchimento dos demais requisitos previstos no artigo 370.º do CCP, e que não se destinem à retificação e, ou, à correção de erros e vícios dos trabalhos elaborados pelo Cocontratante.

23.3 O valor das prestações complementares previstas no número 23.2 da Clausula 23 será fixado nos termos previstos no artigo 373.º do CCP.

23.4 O Cocontratante é obrigado a executar as prestações complementares ordenadas pela Tejo Atlântico, sem prejuízo do disposto no artigo 372.º do CCP.

23.5 A Tejo Atlântico pode suprimir algumas prestações do objeto do contrato emitindo ordem de prestações a menos, nos termos do artigo 379.º do CCP.

23.6 O Tejo Atlântico poderá determinar a suspensão da prestação de serviços, por razões alheias ao Cocontratante, por um período total acumulado não superior a 100 (*cem*) dias, sem que para tal careça do acordo da outra parte.

24. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO DO COCONTRATANTE

24.1 Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Tejo Atlântico.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

- 24.2** Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
- 24.3** A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
- 24.4** Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
- 24.5** A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 24.6** A subcontratação de serviços que figurem na proposta apresentada será realizada nas condições estabelecidas neste Caderno de Encargos, não podendo o Cocontratante proceder à substituição dos respetivos subcontratados sem a prévia aprovação da Tejo Atlântico.

25. SANÇÕES CONTRATUAIS, INCUMPRIMENTO DO CONTRATO E SUA RESOLUÇÃO

25.1 SANÇÕES

25.1.1 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

25.1.2 A Tejo Atlântico pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos termos das cláusulas seguintes:

25.1.2.1 Por Incumprimento de Obrigações Emergentes do Contrato

25.1.2.1.1 Pelo incumprimento dos prazos parciais indicados para cada uma das fases indicadas no número 7.2 da Clausula 0.^a do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode aplicar, uma sanção contratual diária, calculada da seguinte forma:

- 500,00€ (*quinhentos euros*) por cada dia de atraso no primeiro período de 15 (*quinze*) dias;
- 1.000,00€ (*mil euros*) por cada dia de atraso, a partir do 16.º dia de atraso.

25.1.2.1.2 Caso se registem atrasos em diversas fases de execução contratual, as sanções serão cumulativas.

25.1.2.1.3 A Tejo Atlântico reserva-se o direito de anular as sanções contratuais aplicadas ao Cocontratante por atrasos, caso venha a ser cumprido o prazo global de execução da presente aquisição de serviços.

25.1.2.2 Por Alterações da Constituição e Afetações da Equipa Técnica

25.1.2.2.1 Nas situações em que, sem autorização da Tejo Atlântico, o Cocontratante proceder à alteração da constituição da equipa afeta ao Estudo, quer em número de elementos que a integrem, quer das suas habilitações (avaliadas no critério de adjudicação do Programa do Concurso), ser-lhe-á

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

aplicada, por cada alteração, uma sanção contratual de 5% (*cinco por cento*) do preço contratual global.

25.1.3 MONTANTE MÁXIMO DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

25.1.3.1 As sanções estabelecidas na presente cláusula são cumuláveis entre si.

25.1.3.2 O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual, sem prejuízo da Tejo Atlântico resolver o contrato nas condições estabelecidas no número 25.2.1 da Clausula 25.^a do presente Caderno de Encargos.

25.1.3.3 Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).

25.1.3.4 A Tejo Atlântico pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.

25.1.3.5 As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

25.1.4 LIQUIDAÇÃO DAS SANÇÕES

25.1.4.1 A Tejo Atlântico pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.

25.2 RESOLUÇÃO DO CONTRATO

25.2.1 RESOLUÇÃO POR PARTE DA TEJO ATLÂNTICO

25.2.1.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

25.2.1.1.1 A Tejo Atlântico pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso total na presente aquisição dos serviços objeto do contrato superior a 60 (sessenta) ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
- b) O valor das sanções pecuniárias atingir 20% (*vinte por cento*) do preço global do contrato, ou 30% (*trinta por cento*), nas situações em que atingido o limite 20% (*vinte por cento*) do preço global do contrato a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público.

25.2.1.2 O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja determinado pela Tejo Atlântico.

25.2.1.3 Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do valor global contratado.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

25.2.1.4 Ao valor da sanção pecuniária prevista na cláusula anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo do número 25.1 da presente cláusula, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

25.2.1.5 O disposto no número 25.2.1.3 da presente cláusula não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelos danos excedentes.

25.2.2 RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE O COCONTRATANTE PODE RESOLVER O CONTRATO NOS TERMOS PREVISTOS NO ARTIGO 332.º DO CCP.

25.2.2.1 Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.

25.2.2.2 Nos casos previstos na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Tejo Atlântico, que produz efeitos 30 (*trinta*) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

25.2.2.3 A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

26. SEGUROS

26.1 Além da contratação dos seguros exigidos por lei relativos à atividade desempenhada é, ainda, da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro de responsabilidade civil, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar e através de contrato de seguro de acidentes de trabalho aplicável aos elementos afetos à equipa técnica.

26.2 A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 10 (*dez*) dias.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 FORÇA MAIOR

27.1.1 Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

27.1.2 Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

27.1.3 Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

27.1.4 A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

27.1.5 Sem prejuízo do disposto no número 27.1.6 da presente cláusula, a suspensão, total ou parcial, do contrato fundada em força maior, determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente resultante da força maior.

27.1.6 A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

27.2 DEVERES DE INFORMAÇÃO

27.2.1 Cada uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.

27.2.2 Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

27.2.3 No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

27.3 COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

27.3.1 Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Tejo Atlântico e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na cláusula 22.1, e o Cocontratante para os contactos identificados em declaração do

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

Cocontratante nos termos do **Anexo VI** ao **Programa de Concurso**.

- 27.3.2** Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 27.3.3** Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
- 27.3.4** Salvo o disposto no n.º 2 do artigo 469.º do CCP, qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

27.4 FORO COMPETENTE

- 27.4.1** Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

27.5 CONTAGEM DOS PRAZOS

- 27.5.1** Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

27.6 DIREITO APLICÁVEL E NATUREZA DO CONTRATO

- 27.6.1** O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA

ANEXO I

MANUAIS DE FUNCIONAMENTO, MEMÓRIAS DESCRITIVAS E TELAS FINAIS

(a que se refere o número 6.2 da Clausula 6.^a)